



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000077555

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2301772-90.2020.8.26.0000, da Comarca de Rio Claro, em que é paciente JOSE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS e Impetrante ANTONIO DE LIMA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MÁRCIO BARTOLI (Presidente sem voto), FIGUEIREDO GONÇALVES E MÁRIO DEVIENNE FERRAZ.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2021.

DINIZ FERNANDO

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

H.C. nº 2301772-90.2020.8.26.0000

Impetrante: Adv. Antonio de Lima

Paciente: Jose Luiz Ferreira dos Santos

Comarca: Rio Claro

VOTO Nº 13.823

Habeas corpus. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. Pretendida revogação da prisão preventiva. Manutenção da custódia por decisões fundamentadas. Gravidade concreta da conduta. A pandemia de COVID-19 não autoriza a liberação automática de presos pelo risco de contágio. Pedido de prisão domiciliar, nos termos do art. 318, III e VI, do CPP, que não comporta acolhimento. Não comprovado que o paciente é o único responsável pelos cuidados do filho menor. Excesso de prazo para a formação da culpa. Não configuração. Instrução encerrada. Incidência da Súmula nº 52 do STJ. Alegações relativas ao mérito da ação penal que extrapolam os estreitos limites do *writ*. Ordem denegada.

1) O Advogado Antonio de Lima impetra o presente *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de **JOSE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS**, apontando como autoridade coatora a MMª. Juíza de Direito da Vara do Júri da Comarca de Rio Claro, nos autos de nº 0005801-21.2020.8.26.0510 e 1505318-48.2019.8.26.0510.

Sustenta, em resumo, que o paciente está preso preventivamente, acusado da prática do crime de homicídio qualificado tentado, desde 1/10/2019, configurando excesso de prazo para a formação da culpa. Alega, ainda, que o indeferimento do seu pedido de liberdade provisória carece de fundamentação idônea e que estão ausentes os requisitos do art. 312 do CPP. Ressalta que ele é primário, possui residência fixa e ocupação lícita. Argui que o paciente possui um filho menor de 12 anos, aplicando-se o art. 318, III e VI, do CPP e o HC Coletivo nº 165.704 do C. STF ao caso. O impetrante acostou aos autos o *link* contendo o depoimento da testemunha presencial Juliana, segundo a qual ocorreram



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

discussões e agressões físicas mútuas entre o paciente e a vítima e que esta posteriormente havia retornado à casa de JOSE (fls. 55), o que alega que afastaria as agravantes do delito. Requer, assim, o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva, inclusive com base na pandemia de COVID-19, ou ainda, a substituição por prisão domiciliar.

A liminar foi indeferida (fls. 57/58).

Dispensadas as informações, a d. Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação (fls. 62/71).

É o relatório.

2) Denego a ordem.

Consta que o paciente foi preso em flagrante em 1/10/2019 e denunciado por infração ao **art. 121, § 2º, II e IV, c.c art. 14, II, ambos do CP.**

De início, anote-se que a presença dos requisitos necessários à prisão preventiva já foi objeto de análise no *habeas corpus* nº **2066556-52.2020.8.26.0000**, cuja ordem foi denegada pela Turma Julgadora, em 6/5/2020.

No mais, as decisões supervenientes que mantiveram a custódia foram **fundamentadas** porquanto inalterados os motivos que a ensejaram (fls. 194, 218 e 242/243).

Com efeito, o paciente está sendo acusado de ter desferido um **golpe de faca no pescoço da vítima, atingindo sua veia jugular**, e possui **maus antecedentes**.

Assim, em face da gravidade concreta dos fatos, não se constata constrangimento ilegal ou abuso de poder na manutenção da prisão preventiva para a garantia da **ordem pública**.

Neste contexto, as medidas cautelares alternativas não seriam suficientes e adequadas ao caso (art. 282, I e II, do CPP), bem como perde relevância a existência de predicados pessoais favoráveis.

Da mesma forma, a situação excepcional enfrentada em razão da pandemia de COVID-19 **não autoriza a liberação automática**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de presos pelo risco de contágio, devendo ser avaliado cada caso concreto.

Ocorre que não foi alegado que o paciente possui alguma enfermidade que o coloque no grupo de risco. Além disso, o sistema prisional está tomando as devidas providências para conter a propagação do Coronavírus.

Igualmente, não há que se falar na substituição da segregação pela prisão domiciliar prevista no art. 318, III e VI, do CPP, visto que o paciente está sendo acusado de crime violento. De todo modo, não ficou demonstrado, de plano, que ele é o único responsável pelos cuidados do filho menor (fls. 39).

No que tange ao alegado **excesso de prazo** para a formação da culpa, verifica-se que **a instrução está encerrada**, estando os autos na fase de **memoriais**, o que torna superado o aventado constrangimento ilegal, nos termos da Súmula nº 52 do C. STJ.

Ressalte-se, de toda forma, que considerando o tempo de prisão preventiva e o retrospecto processual dos autos de 1º Grau, não se verifica ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tampouco desídia da autoridade impetrada, não se olvidando que um maior prolongamento da marcha processual é justificável diante da pandemia de COVID-19.

Por fim, a efetiva responsabilidade penal do paciente e os argumentos de que ocorreram agressões mútuas, assim como de que não incidiram as agravantes no caso em apreço são matérias relacionadas ao mérito da ação penal e que extrapolam os estreitos limites do *writ*, que não admite a análise aprofundada de fatos e provas.

Portanto, inexistente ilegalidade a ser sanada.

3) Pelo exposto, denego a ordem.

DINIZ FERNANDO FERREIRA DA CRUZ

Relator